

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 16.08.2024
PÁGINA 5 - 1ª COLUMNA

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA IPEM Nº 1276 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL, ALTERANDO O PADRÃO DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.789/2006.

Processos nº SEI-150014/001250/2024.

Onde se lê:

ANEXO

SERVIDOR	CARGO	DATA DA MUDANÇA	ID FUNCIONAL	VÍNCULO	DO NÍVEL	PARA O NÍVEL
ALEXANDRE DO CARMO PEREIRA QUEIROZ	Assistente Administrativo	10/08/2022	44332793	1	MED III6	MED III7
DANIELA DOS SANTOS DE MATTOS	Assistente Administrativo	10/08/2022	44332858	1	MED III6	MED III7
FABIO CHAVES ALVES DA FONSECA	Assistente Administrativo	10/08/2022	44332874	1	MED III6	MED III7
FABIO RODRIGO COSTA SENA	Auxiliar Metrológico	10/08/2022	44332912	1	F EI6	F EI7
GILMAR DA CRUZ EVORA	Assistente Administrativo	10/08/2022	44332955	1	MED III6	MED III7
HANNA KAROLLINY DE CASTILHO FURTADO	Assistente Administrativo	10/08/2022	44332971	1	MED III6	MED III7
MICHELLE PIRES DE SOUZA	Auxiliar Metrológico	10/08/2022	44333021	1	F EI6	F EI7

Leia-se:

SERVIDOR	CARGO	DATA DA MUDANÇA	ID FUNCIONAL	VÍNCULO	DO NÍVEL	PARA O NÍVEL
ALEXANDRE DO CARMO PEREIRA QUEIROZ	Assistente Administrativo	10/08/2024	44332793	1	MED III6	MED III7
DANIELA DOS SANTOS DE MATTOS	Assistente Administrativo	10/08/2024	44332858	1	MED III6	MED III7
FABIO CHAVES ALVES DA FONSECA	Assistente Administrativo	10/08/2024	44332874	1	MED III6	MED III7
FABIO RODRIGO COSTA SENA	Auxiliar Metrológico	10/08/2024	44332912	1	F EI6	F EI7
GILMAR DA CRUZ EVORA	Assistente Administrativo	10/08/2024	44332955	1	MED III6	MED III7
HANNA KAROLLINY DE CASTILHO FURTADO	Assistente Administrativo	10/08/2024	44332971	1	MED III6	MED III7
MICHELLE PIRES DE SOUZA	Auxiliar Metrológico	10/08/2024	44333021	1	F EI6	F EI7

Id: 2587480

Secretaria de Estado de Governo

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEGO Nº 49 DE 19 DE AGOSTO DE 2024

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, no uso das atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo administrativo SEI-150001/009807/2022, e considerando:

- o disposto no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever-poder de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o disposto no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representantes da Administração Pública, especialmente designados;

- o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016,

- o disposto na Resolução SECC nº 28, de 01 de março de 2021, e

- o disposto no Processo nº SEI-150001/009807/2022, o qual indica servidores para compor a Comissão de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão de Gestão e Fiscalização, objetivando acompanhar e fiscalizar o fornecimento de energia elétrica à base da Operação Segurança Presente de Campos dos Goytacazes, da Secretaria de Estado de Governo, pela concessionária AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A.

Gestores:

Titular: Eduardo dos Santos Gomes, ID Funcional nº 5094630-7; Suplente: Ana Lúcia Raquel Vieira Góes Pontes, ID Funcional nº 5117607-6.

Fiscais:

1º Fiscal: Luciano Gomes Tavares Monteiro,- ID Funcional nº 4401681-6 (Presidente);

2º Fiscal: Luciângelo Corrêa, ID Funcional nº 5034424-2;

3º Fiscal: Fagner Ribeiro Chaves, ID Funcional nº 2402557-7;

Suplente: José Renato Gama Teixeira - ID Funcional 0595375-8.

Art. 2º. O gestor e os fiscais ora designados deverão observar e cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, os artigos 12 e 13 da referida norma.

Art. 3º. O gestor e os fiscais ora designados deverão realizar curso de gestão e fiscalização de contratos caso ainda não tenham feito, e posteriormente apresentar o respectivo certificado à Superintendência de Recursos Humanos.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2024

ANDRE LUIS DANTAS FERREIRA
Secretário de Estado de Governo

Id: 2587598

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 319 DE 13 DE AGOSTO DE 2024

REGULAMENTA AS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - NUPEDES NO ÂMBITO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PEDES.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 10.266, de 28 de dezembro de 2023, que institui o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES, e com o Decreto 48.405, de 16 de março de 2023, que dispõe sobre a estrutura de governança do PEDES, e tendo em vista o disposto no Processo nº SEI-120001/002597/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - O Núcleo de Monitoramento e Avaliação - NUPEDES é uma instância consultiva, permanente e de assessoramento técnico ao Comitê Gestor do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - CGPEDES, conforme a estrutura de governança estabelecida no Decreto n.º 48.405/23.

Art. 2º - O NUPEDES será constituído por duas instâncias para desenvolvimento de suas atividades de monitoramento e avaliação:

- I - Núcleo Central de Monitoramento e Avaliação; e
- II - Órgãos Setoriais de Referência.

§ 1º - As atribuições do Núcleo central, sob responsabilidade desta Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, serão desenvolvidas pela Subsecretaria de Planejamento Estratégico - SUB-PLE.

§ 2º - Os órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual responsáveis por políticas públicas, programas, ações, projetos estratégicos ou indicadores ligados ao PEDES deverão designar um titular e um suplente para desenvolverem as funções setoriais de monitoramento e avaliação do NUPEDES.

§ 3º - O Núcleo central do NUPEDES solicitará aos órgãos setoriais de referência, por ofício, as indicações dos representantes setoriais do NUPEDES.

Art. 3º - Compete ao Núcleo central do NUPEDES:

I - monitorar e avaliar os resultados da implantação do PEDES, por meio de indicadores e em interlocução com órgãos setoriais de referência;

II - promover ou coordenar avaliações sobre o desenho, a implementação, os resultados ou o impacto de políticas públicas, programas, ações ou projetos estratégicos ligados ao PEDES;

III - elaborar, com base em informações resultantes do monitoramento e avaliação do PEDES, propostas de aperfeiçoamento da estrutura, dos elementos, da metodologia ou da implantação do Plano, para deliberação do CGPEDES;

IV - elaborar propostas de critérios para a priorização de missões, diretivas, objetivos específicos ou ações estratégicas do PEDES, para deliberação do CGPEDES;

V - elaborar anualmente relatório de avaliação da execução do PEDES a ser analisado e aprovado pelo CGPEDES e encaminhado à Assembleia Legislativa, na ocasião do envio do projeto de lei do Plano Plurianual ou de sua revisão e do projeto da Lei Orçamentária Anual; e

VI - publicar em sítio eletrônico relatórios detalhados sobre o monitoramento e avaliação dos resultados da implantação do PEDES.

Art. 4º - Compete aos órgãos setoriais de referência, em relação às áreas de conhecimento e de responsabilidade alinhadas às respectivas competências institucionais:

I - desenvolver, em conjunto com o Núcleo central, a estruturação dos indicadores e demais elementos de monitoramento definidos na metodologia de monitoramento e avaliação do PEDES;

II - apoiar a elaboração de elementos de avaliação sobre o desenho, a implementação, os resultados ou o impacto de políticas públicas, programas, ações ou projetos estratégicos ligados ao PEDES; e

III - coletar, tratar e disponibilizar, tempestivamente, dados inerentes às suas atribuições institucionais e que constituam fonte de dados associados à metodologia de cálculo de qualquer indicador de monitoramento do PEDES.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2024

ADILSON DE FARIÁ MACIEL

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2587487

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 320 DE 13 DE AGOSTO DE 2024

DISPÕE SOBRE A METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PEDES, PARA O PERÍODO DE 2024 A 2031.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto nos artigos 0º e 1º da Lei nº 10.266, de 28 de dezembro de 2023, que instituiu o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES; o Decreto nº 48.405, de 16 de março de 2003, que dispõe sobre a estrutura de governança do PEDES; a Resolução SEPLAG nº 319, de 13 de agosto de 2024, que regulamenta as atribuições do Núcleo de Monitoramento e Avaliação - NUPEDES no âmbito da estrutura de governança do PEDES e tendo em vista o disposto no processo nº SEI-120001/002597/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Resolução dispõe sobre a metodologia para o monitoramento e avaliação dos resultados da implementação das ações decorrentes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES.

Art. 2º - O Núcleo de Monitoramento e Avaliação - NUPEDES, composto pelas instâncias Núcleo central e Órgãos setoriais de referência; é a estrutura responsável por monitorar e avaliar os resultados da implantação do PEDES, por meio de indicadores.

§ 1º - O órgão setorial de referência terá responsabilidade direta por determinado indicador do PEDES sempre que manifestada uma das circunstâncias abaixo descritas:

I - o órgão é o responsável por informar os resultados do monitoramento do indicador ao NUPEDES, conforme pactuado durante a elaboração do Plano;

II - a área de atuação institucional está relacionada à temática mensurada pelo indicador, conforme pactuado durante a elaboração do Plano, nos casos de indicadores de fontes externas ao Poder Executivo estadual.

§ 2º - O órgão setorial de referência terá responsabilidade direta por determinada ação estratégica do PEDES sempre que conduzir políticas públicas, programas, ações ou projetos que tenham sido selecionados para compor as ações estratégicas do PEDES.

Art. 3º - Para efeitos desta Resolução, os indicadores do PEDES podem ser classificados:

I - de acordo com o nível de agregação do elemento avaliado, subdividindo-se em:

a) indicadores de missão principais ou primários, que apresentam uma visão contextual do cenário ligado à missão, retratando questões estruturais e de mudanças de longo prazo;

b) indicadores de missão complementares ou secundários, que apoiam a análise do indicador principal, de modo a ampliar o ângulo de observação para formar uma perspectiva suficiente do contexto relacionado à missão;

c) indicadores de objetivo específico, que buscam mensurar aspectos pontuais das missões, conferindo-lhes um maior grau de concretude e objetividade.

II - de acordo com o estágio de desenvolvimento do indicador, subdividindo-se em:

a) indicador em prospecção: quando o NUPEDES ainda analisa a viabilidade da construção do indicador;

b) indicador a elaborar: quando o NUPEDES atesta a viabilidade da construção do indicador, mas ainda não estabeleceu um protocolo de acesso aos dados, que podem ser de terceiros;

c) indicador em elaboração: quando o NUPEDES estabeleceu um protocolo de acesso aos dados, mas ainda há um entrave técnico para o acesso imediato;

d) indicador elaborado: quando o NUPEDES tem acesso aos dados, mas ainda não é possível estabelecer série histórica;

e) indicador consolidado: quando o NUPEDES tem acesso aos dados e à série histórica, tendo condições de monitorar o indicador e avaliar seus resultados.

III - de acordo com o nível de responsabilidade do estado em relação ao resultado monitorado, subdividindo-se em:

a) indicador de resultado direto: mensura o resultado de entregas ou atribuições do estado; suas metas são propostas pelo órgão de referência e validadas pelo CGPEDES;

b) indicador de resultado indireto: mensura o resultado de articulação, incentivo ou estímulo do estado; ou o resultado de um conjunto de entregas realizadas tanto pelo estado quanto por terceiros; as metas desejadas são indicadas pelo órgão de referência ao CGPEDES;

c) indicador de acompanhamento: mensura o resultado de ações ou entregas de terceiros; o impacto de ações de múltiplos entes; ou trata a conjuntura geral; sem metas.

Art. 4º - O ciclo anual de monitoramento e avaliação do PEDES é composto por pelo menos quatro etapas:

I - coleta de dados: etapa de coleta de dados de monitoramento de indicadores pelo NUPEDES a partir de resultados enviados por órgãos de referência ou de publicação de fonte externa, a depender do indicador;

II - contextualização de resultados: etapa de interlocução entre o Núcleo central do NUPEDES e os órgãos de referência dos indicadores acerca da interpretação dos resultados monitorados;

III - produção e aprovação do relatório anual: etapa interna de produção de relatório pelo Núcleo central do NUPEDES, análise e aprovação pelo CGPEDES e encaminhamento à Assembleia Legislativa; e

IV - avaliação conjunta: etapa de promoção de Câmaras Técnicas, com a participação do Núcleo central e de dois ou mais órgãos de referência, para discussão do andamento de uma missão, diretiva, objetivo específico, prioridade ou ação estratégica do PEDES, bem como propor ajustes e aperfeiçoamentos no Plano ou em sua implementação nos exercícios posteriores.

§ 1º - Cabe ao Núcleo central do NUPEDES elaborar e divulgar anualmente os procedimentos e o cronograma de eventos das atividades de monitoramento e avaliação do PEDES no exercício.

§ 2º - Preferencialmente o cronograma de eventos deve incluir outras etapas, mesmo que não previstas nesta Resolução, para estimular a participação da sociedade civil por meio da promoção de encontros regionais, interlocução com conselhos ou outros formatos de articulação que incorporem a contribuição popular ao PEDES.

Art. 5º - Serão disponibilizados no site www.estrategia.planejamento.rj.gov.br, entre outros documentos:

I - manual contendo o detalhamento da metodologia de monitoramento e avaliação do PEDES;

II - fichas e resultados dos indicadores consolidados do PEDES; e

III - relatórios anuais de monitoramento e avaliação enviados à Assembleia Legislativa.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2024

ADILSON DE FARIÁ MACIEL

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2587498